

BREVE HISTÓRICO DA PENÍNSULA IBÉRICA

Nilsa Areán-García (FFLCH USP)

nilsa_577@yahoo.de

RESUMO

Este trabalho explora a história da Península Ibérica como fator extralinguístico na formação do galego e português desde a conquista pelo Império Romano até a formação do Reino de Portugal e do final do processo de Reconquista da Península pelos cristãos.

Palavras-chave: Línguas ibéricas.

Origens do galego-português. História social do galego-português

Sabe-se que tanto o galego antigo como o castelhano e as demais línguas históricas e porventura faladas na Península Ibérica foram muito importantes na formação do português e do galego atuais, sob diferentes e variados aspectos, tais como: o léxico, a fonética, as estruturas sintáticas, morfológicas e semânticas etc.

O galego, o português, o castelhano, como também a maioria das línguas da região, exceção feita ao basco, originaram-se do processo de romanização da Península aliado ao substrato indo-europeu característico de cada localidade e ainda somado aos superstratos germânicos e aos adstratos vizinhos.

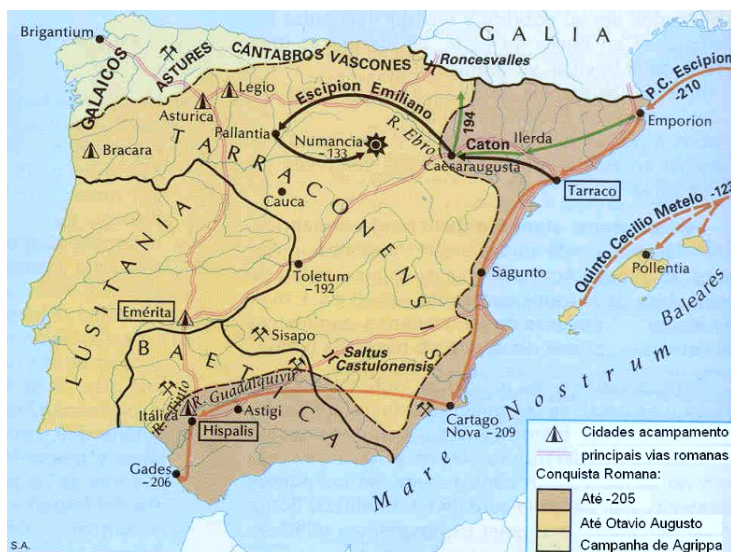
De acordo com o Mapa 1, podem ser notados os diferentes povos que habitaram a Península Ibérica antes da colonização do Império Romano e que devem ter contribuído decididamente com o substrato local na origem do processo de formação das línguas atuais. Por exemplo, nota-se que a região que foi o berço do galego-português era, no período pré-romano, ocupada pelos povos galaicos e lusitanos que ali deixaram um substrato característico de seus falares como herança linguística.



Mapa 1: Povos pré-romanos³

No ano de 210 a. C., iniciou-se a colonização da Península Ibérica como empreendimento da expansão do Império Romano, que inicialmente, conforme o Mapa 2, nota-se que se deteve no litoral mediterrâneo principalmente visando a estabelecer o domínio de cidades de colonização grega e fenícia. Posteriormente, de 197 a 133 a. C., durante o Império de Augusto, houve uma grande investida em direção ao interior da Península com sua quase total incorporação ao Império, ficando apenas o extremo norte povoado pelos bascos e cântabros, e extremo noroeste, povoado pelos galaicos à margem imperial. Segundo Bassetto (2001, p. 102), somente em 19 d.C. os povos do norte e noroeste foram romanizados, ainda que Estrabão, em sua Geografia (29 a. C.), afirme que estes povos caracterizavam-se pela “brutalidade e selvageria”.

³ Adaptação do texto disponível em:
<http://www.sabuco.com/historia/images/Pueblos_prerromanos.jpg>.

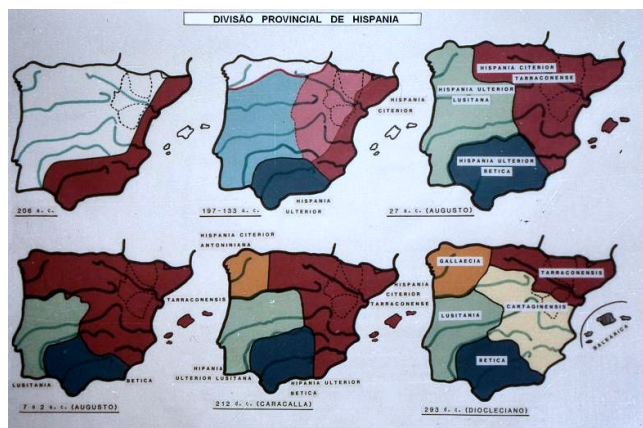


Durante o processo de romanização, foram introduzidos vários elementos socioculturais desconhecidos pelos povos autóctones, tais como: o direito romano; a língua latina (processo de latinização); a organização militar, civil e política; que foram assimilados pelos povos autóctones da Península conforme a estratégia de colonização aplicada a cada localidade, visando à manutenção e integridade do Império.

Como reflexo dessa romanização, nota-se no Mapa 3, que na evolução da divisão política, a região dos povos galaicos foi a de último interesse para o Império Romano. No ano 287, a *Gallaecia*, província do Império de Dioclesiano, foi descrita por geógrafos e historiadores como os territórios compreendidos desde o Mar Cantábrico até o rio Douro e, desde *Finisterris* até a Cantábria. Suas principais cidades eram *Brigantium*, atual cidade de A Corunha; *Lucus*

⁴ Adaptação do mapa disponível em: <http://www.sabuco.com/historia/images/Fases_colonizaci3n.jpg>.

Augusti, atual cidade de Lugo; *Braccara Augusta*, atual cidade de Braga e *Portucale*, atual cidade do Porto.



Mapa 3: Divisão da Península Ibérica, durante o Império Romano⁵

Segundo Monteagudo (1999, p. 62), os fatores fundamentais que contribuíram para a latinização da região noroeste da península foram: a reorganização político administrativa com a demarcação do território, que afetou principalmente as elites locais; o exército romano, que afetou diretamente os falares das classes mais baixas; a política de concessão de direitos e de cidadania romana; a criação e o crescimento das cidades; a exploração mineira; a escola de Braga; a rede viária que facilitou a mobilidade territorial e possibilitou a integração da *Gallaecia* ao resto da prefeitura de *Hispania*, promovendo também a intensificação das atividades comerciais e a imigração de latinos falantes em direção à região. É interessante notar que, se por um lado, a mobilidade no território promoveu uma grande variedade linguística, por outro lado se apoiou no uso do latim como língua franca.

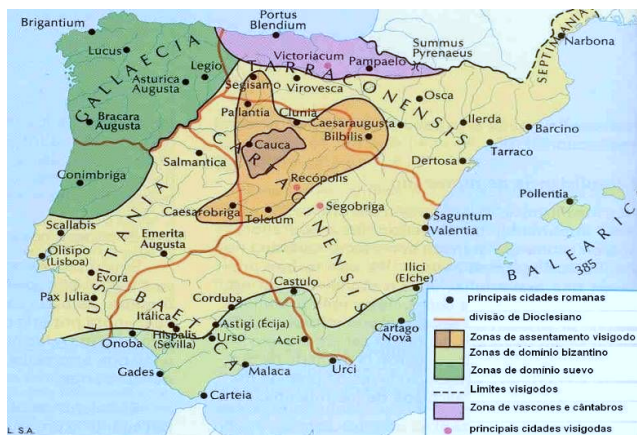
Segundo Monteagudo (1999, p. 56), em termos sociolinguísticos, a diglossia proveniente da latinização acabou desencadeando um processo massivo de assimilação linguística, que culminou com a

⁵ Adaptação do mapa disponível em: < <http://clio.rediris.es/n32/atlas/018.jpg> >.

extinção das línguas autóctones na parte ocidental do Império. Dessa maneira, o latim se sobrepôs às línguas locais e distintas em épocas diferentes na Península Ibérica, significando que, durante a romanização, nunca deve ter havido uma unidade linguística total na região peninsular. Também, convém notar que os distintos povos conquistados ao adotar o latim, devem ter passado a pronunciar-lo com seus próprios hábitos articulatórios e a incorporar ao seu léxico palavras autóctones, formando variedades dialetais características. Com a construção das vias romanas, foi estimulada a maior interação entre os povos, propiciando as mais variadas interferências linguísticas, além do contato permanente com Roma e suas variantes do latim. Segundo Bassetto (2001, p. 110):

A norma vulgar foi preponderante no processo de difusão e fixação do latim nas províncias, uma vez que era falada pelo exército, pelos colonos civis e militares e pelos comerciantes – que mantinham contato direto e permanente com as populações autóctones.

Assim, a *Gallaecia*, uma das últimas regiões a ser romanizada na Península, já moldava suas características, como fruto sociolinguístico, na assimilação do latim.



Mapa 4: Principais zonas de imigrações na Península Ibérica⁶

⁶ Adaptação do mapa disponível em: <[http://www.sabuco.com/historia/images/Hispania Bajo Imperio.jpg](http://www.sabuco.com/historia/images/Hispania_Bajo_Imperio.jpg)>.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Com o enfraquecimento do Império Romano no final do século IV, segundo Bassetto (2001, p. 140-142), começaram as grandes migrações de povos não romanos que duraram quase dois séculos. Os vândalos, povos germânicos orientais e linguisticamente ligados ao gótico, estavam divididos em: ásdingos e sílingos; que, como aliados dos suevos (povos germânicos ocidentais) e dos alanos (de origem indo-iraniana), chegaram à Península Ibérica. Os suevos e ásdingos seguiram para a região da *Gallaecia*, os alanos (povos não germânicos) para a Lusitânia, e os sílingos para a Bética. Posteriormente chegaram os visigodos à Península, originários do sul da Escandinávia, que dizimaram os sílingos na Bética e perseguiram os alanos e ásdingos, obrigando-os a se fixarem na região de Vandalusia, “terra dos vândalos” (atual Andaluzia). De acordo com Mariño Paz (1988, p. 59), os povos ásdingos (vândalos), que inicialmente se fixaram na *Gallaecia* juntamente com os suevos em 411, se deslocaram da na região entre o rio Douro e Tejo, já em 419, para o sul da Bética e, posteriormente para o norte da África, sendo perseguidos pelos visigodos da Península e pelas milícias do Império Bizantino. Assim, em 534, a região de Vandalusia foi tomada pelo Império Bizantino de acordo com o empreendimento militar de destruir o reino vândalo, conforme o ilustrado no Mapa 4.

Segundo Monteagudo (1999, p. 69), os suevos, pouco romanizados e, inicialmente, não cristãos, seriam os responsáveis por dar início ao particularismo da língua galego-portuguesa, ao se instalarem na *Gallaecia* no início do século V, em 411. A fusão dos povos galaicos-romanos e suevos, foi um processo prolongado que parece somente ter se estabilizado em 559 com a conversão destes ao catolicismo. Seu reino ocupou desde a região norte do rio Tejo e toda a província da *Gallaecia* com a capital em Braga, mas sucumbiu em 585 com as campanhas de expansão do reino visigodo de Leovigildo, que em 618 já dominava quase toda a Península Ibérica, conforme o exposto no Mapa 5.



Mapa 5: Os reinos dos povos não romanos na Península Ibérica⁷

Para Mariño Paz (1998, p. 60), o fato de a *Gallaecia* permanecer durante um século e meio, ou mesmo durante os três séculos da ocupação germânica, praticamente isolada do resto da Península, favoreceu tendências de desenvolvimento que já viriam da época romana e que naquele momento encontraram uma realidade sociopolítica que as alimentou. Entretanto, segundo Bassetto (2001, p. 142) a superposição dos visigodos aos suevos tornou difícil distinguir as influências específicas do superstrato suevo.

A formação dos reinos germânicos, segundo Wartburg (1979, p. 77-87), rompendo os limites do Império, influenciou decididamente na formação dos espaços linguísticos românicos, ao quebrar as linhas de comunicação com as diversas partes imperiais. No caso da Hispânia, os suevos e visigodos, segundo Teyssier (1987, p. 5) “tiveram um papel particularmente negativo: com eles a unidade romana rompe-se definitivamente e as forças centrífugas vão ponderar sobre as de coesão.” Não obstante, segundo Mariño Paz (1998, p. 70), o analfabetismo dos povos germânicos contrastava fortemente com a tradição romana, além disso, a cristianização destes povos e a grande importância política adquirida pela Igreja Católica entre os visigodos du-

⁷ Adaptação do mapa disponível em: <http://www.sabuco.com/historia/images/España_visigoda.jpg>.

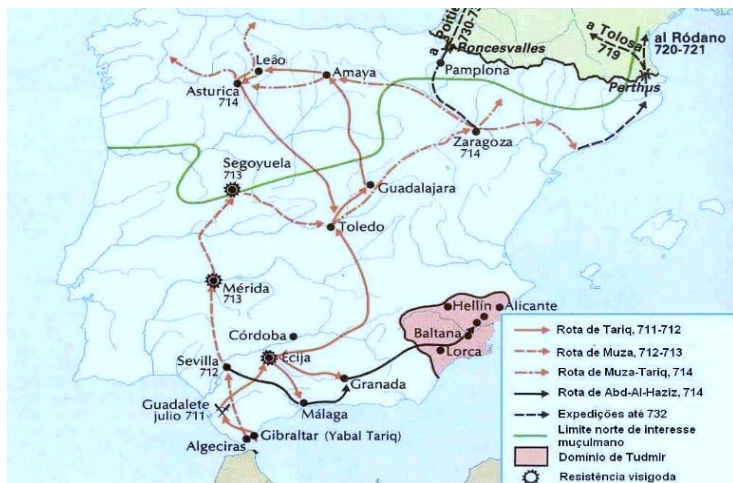
rante os séculos VI e VII, foram os principais fatores que levaram o latim a se consolidar como língua na Península Ibérica, mesmo diante das línguas dos povos dominantes.

De acordo com Bassetto (2001, p. 152), no século VI, iniciou-se uma grande expansão dos domínios árabes impulsionada, principalmente pela incipiente religião Islâmica. Após a morte de Maomé, em 632, com a Guerra Santa, em dois anos a expansão, encabeçada pelo Califa Abū Bakr, estendeu-se por toda a Península Arábica. Com o Califa Omar, o Império Árabe tornou-se uma teocracia com administração militar, na qual o comandante militar era também o governador civil, chefe religioso e juiz supremo. Em 645, o Império Árabe já dominara a Síria, a Palestina, o Egito e a Líbia, e, em 698, também toda a África do Norte, conforme ilustração do Mapa 6. Dessa forma, pouco mais de cem anos foi o tempo bastante para que os árabes tivessem conseguido estender sua religião e língua bem como seu domínio político em um imenso espaço que ia desde o Oceano Índico ao Atlântico. Segundo Saraiva (1999, p. 33), os fatores que explicaram essa rapidez foram a fraqueza dos impérios vizinhos: Império Persa e Império Bizantino, as ferozes lutas religiosas que então se travavam no Oriente Próximo, entre judeus e cristãos e a situação das populações oprimidas das áreas conquistadas, que em várias regiões, como por exemplo, no Norte da África e toda Península Arábica, os acolheram como libertadores.

**Mapa 6: Expansão do Império Árabe⁸**

⁸ Adaptação do mapa disponível em:
<http://www.sabuco.com/historia/images/La_expansion_del_Islam.jpg>.

Devido à rapidez da conquista e facilitada pelo traçado das vias romanas, em 711, a expansão do Império Árabe já se iniciava na Península Ibérica, com as conquistas de Tārik e Mūsā, durante a dinastia dos Omíadas. Segundo Bassetto (2001, p. 148), no ano seguinte, Tārik já conseguira a conquista de Toledo, e em 732, quando já conquistara quase toda a Península, foi derrotado na batalha de Poitiers pelos Francos, conforme Mapa 7.



Mapa 7: Expansão do domínio árabe na Península Ibérica⁹

De acordo com Saraiva (1999, p. 35-36), também a atitude dos povos visigodos da Península favoreceu o seu rápido domínio, pois a situação das populações perante o domínio árabe dependia da atitude que assumiam diante da nova religião: se a aceitavam, faziam parte da comunidade; se continuavam fiéis ao cristianismo, podiam manter suas propriedades, mas eram obrigadas a pagar tributos; se resistiam com armas eram aniquiladas. Portanto a resistência armada não foi o caso mais geral, afinal os tributos teriam que ser pagos quer o senhor fosse cristão, quer islâmico. Assim, segundo Bassetto (2001, p. 149), foi a religião o fator fundamental de distanciamento

⁹ Adaptação do mapa disponível em: <http://www.sabuco.com/historia/images/Conquista_musulmana.jpg>.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

entre as populações árabes e românicas, concluindo-se que também foi um fator de distanciamento entre as línguas latinas e arábicas. No entanto, nesse período, a população visigoda dividiu-se em: *moçárabes*, que permaneceram cristãos, e *muladis*, que se converteram ao islamismo, mas continuaram com a língua romance.

Durante o período de conquistas, os árabes ampliaram seu conhecimento através da absorção das culturas de outros povos, levando-as adiante a cada nova conquista e espalhando-o por seus territórios. A cultura árabe caracterizou-se pela construção de palácios e mesquitas com seus jardins exuberantes. Destacam-se, nestas construções, os arabescos para ilustração e decoração, nos quais houve o emprego e a disseminação da geometria e álgebra aplicadas. A literatura também teve um grande valor, com obras até hoje conhecidas no Ocidente, tais como: *As mil e uma noites*, *As minas do rei Salomão* e *Ali Babá e os Quarenta ladrões*. Especificamente na Península Ibérica, assim como o Império Romano floresceu na Bética, também o Império Árabe floresceu ao sul da península. Sevilha foi um grande centro irradiador de sua cultura, principalmente durante o século XI e XII, ali se desenvolveram a medicina, filosofia, direito, história, astronomia, teologia e as letras, com grande destaque à poesia. Como personalidades importantes culturalmente desse período, destacam-se Averróis (1126-1198) e Maimônides (1135-1204). Ainda que a cultura árabe, com sua técnica e ciência, tenha sido muito mais refinada e, sob determinados aspectos, muito mais desenvolvida que a dos povos românicos ali instalados, é curioso notar que a língua dos dominadores não se sobrepôs à dos dominados.

É interessante notar também que a duração do domínio árabe variou muito de região para região na Península Ibérica. Nunca chegou a ser exercido nas terras mais setentrionais, pois ao norte do Rio Ebro já retornara ao domínio cristão em 809. O Porto e Braga foram conquistadas pelos cristãos em 868, Coimbra em 1064 e Lisboa em 1147. Já Sevilha, Córdoba e Faro fizeram parte do Império Árabe durante cerca de seis séculos e Granada somente deixou de fazer parte deste domínio no final do século XV. Apesar do grande legado linguístico deixado pelos árabes, principalmente no castelhano, segundo Saraiva (1999, p. 34), as variações do domínio árabe em cada região repercutiram diretamente na intensidade da influência da cultura árabe sobre as populações peninsulares, mas foi limitada na lin-

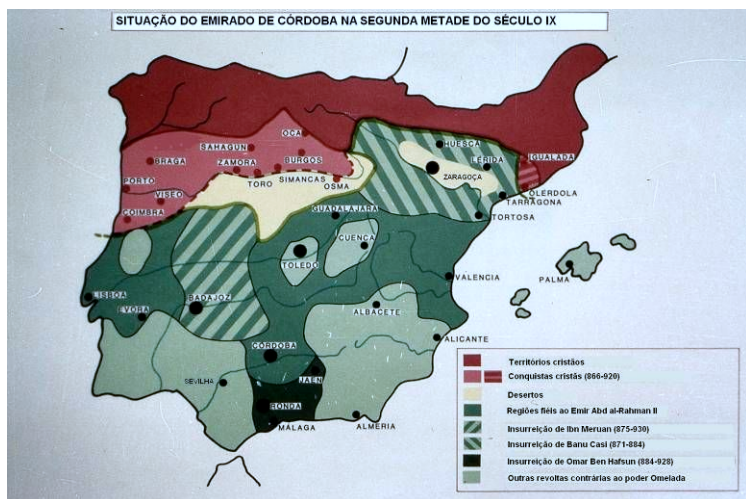
guagem: não deixando vestígios na sintaxe e no léxico contribuindo com cerca de oitocentos vocábulos.

Segundo Barraclough & Parker (1999, p. 110-111), durante o Império Árabe também houve invasões na Península Ibérica de normandos (“homens do norte”), povos provenientes da Escandinávia, guerreiros-marinheiros que entre o século VIII e o século XI pilharam, invadiram e colonizaram as costas da Europa e ilhas Britânicas. Estes povos, que manejavam muito bem as embarcações à vela, marcaram sua presença nas costas do Atlântico e, posteriormente, do Mediterrâneo. Embora sejam conhecidos principalmente como disseminadores da destruição, fundaram povoados e fizeram comércio pacificamente. Entretanto, em 844, costeando a Península Ibérica, desde o Cantábrio até o Mediterrâneo, saquearam Gijón, A Coruña, Lisboa, Beja, o Algarve, Cádiz e Sevilha. Posteriormente, em 859, atacaram Valência, as Ilhas Baleares e Barcelona. Porém, parecem ter deixado poucas influências linguísticas em seu rastro pela Península.

Segundo Saraiva (1999, p. 33-36), o que realmente teve impacto marcante na formação das atuais línguas da Península Ibérica foi o processo de reconquista dos territórios peninsulares por pelos cristãos, cujo início é a ruptura do Império Árabe, seu enfraquecimento político após a crise dos Omíadas, bem como a distância entre *al-Andalus* e o centro do Império na Península Arábica, além do desinteresse dos árabes pelo norte ibérico.

Em 756, de acordo com Barraclough & Parker (1999, p. 120-121), Abd ar-Rahmān, o único sobrevivente dos Omíadas da revolução árabe que levou os Abássidas ao poder do Império, fugiu da Península Arábica e, ao chegar a *al-Andalus*, proclamou ali sua independência com a capital em Córdoba, tornando-se o novo califa da região. Abd ar-Rahmān I, reestruturou o seu regime monárquico, baseado nas anteriores monarquias visigodas, como também reestruturou as instituições administrativas e fiscais adaptando-as à realidade social da região. No século VIII, Al-Hakam (796-822) conseguiu reestruturar o exército de *al-Andalus*, entre outras coisas, por meio de incentivos e da manutenção de um salário permanente, com o qual pode conter diversas revoltas internas e enfrentar o primeiro ataque forte dos povos cristãos do norte provenientes do reino de Astúrias

de Alfonso II. Nas primeiras décadas do século IX, o governo de Abd ar-Rahmān II, centralizado em Córdoba, promoveu uma melhoria nas condições sociais das populações andaluzas e introduziu algumas regalias aos muladis, incentivando a conversão religiosa ao Islamismo. Entretanto, a partir da segunda metade do século IX, começou a ocorrer uma grande crise política com a revolta de várias regiões que estavam submetidas ao poder central do emirado de Córdoba, conforme o Mapa 8. Além disso, nesse período também ocorrem revoltas e descontentamentos da população moçárabe e cristã, devido ao processo de hegemonia árabe, a “arabização” cultural que deixava à margem social os não muçulmanos, aliada a bérberes e muladis irritados com as diferenças a favor dos árabes e sírios.



Mapa 8: Crise do Emirado de Córdoba¹⁰

Durante o governo de Abd ar-Rahmān III (912-961), o território de *al-Andalus*, principalmente a partir de 914, passou a sofrer com as intensas ofensivas dos reinos cristãos do norte da Península Ibérica, que já se organizavam ao redor de sua capital León; bem como, em menor medida, dos Condados Catalães. Com o fortalecimento de seu exército sob um regime repressivo, Córdoba conseguiu

¹⁰ Adaptação do mapa disponível em: <<http://clio.rediris.es/n32/atlas/038.jpg>>.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

o apogeu político durante o século X, passando de Emirado a Califato, conseguido com o prestígio dos generais Galib, Al-Mansūr e Abd al-Mālik; e com as diretrizes governamentais de Abd ar-Rahmān III, seguidas por seus sucessores Omeídas: Al-Hakam II (961-976) e Hissām II (976-1009).

Durante o século X, houve um grande desenvolvimento das cidades e do comércio provocando um auge cultural que continuou por boa parte do século XI, alterando a base da economia e produzindo uma mudança social. Os moçárabes perderam força e diminuíram em número e passaram a aceitar a língua e cultura árabes. No âmbito político, que não mais se respaldava no exército já enfraquecido, o território foi dividido em reinos Taifas, cujos governadores eram supostos representantes do poder central de Córdoba. Alguns reinos foram governados por dinastias bérberes, outros por muladis ou por árabes já integrados na sociedade autóctone. Os Reinos importantes absorviam os menores, principalmente na fronteira com os cristãos, e ao sul, destacavam-se o Reino Taifa de Sevilha com governo andaluz e o de Granada sob o governo bérbere dos zíries, conforme o Mapa 9.

**Mapa 9: Reinos Taifas em 1012¹¹**

¹¹ Adaptação do mapa disponível em: <<http://www.sabuco.com/historia/images/Reinos-de-taifas.jpg>>.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Com o estabelecimento da segregação dos territórios cristãos e muçulmanos, os Taifas fronteiriços passaram a pagar impostos aos Reinos Cristãos, que aumentavam sua pressão militar e tributária. Em 1085, os cristãos conquistaram a cidade de Toledo, como consequência, os reinos Taifas aliaram-se militarmente aos almorávidas de Magribi, que passaram da condição de aliados à de donos do poder político. A entrada dos almorávidas norte-africanos, suas vitórias sobre os cristãos e seu domínio político em al-Andalus, frearam, por algum tempo, a expansão do processo de reconquista.

Entretanto, no início do século XII, com a intransigência, houve a perseguição e a expulsão das minorias não muçulmanas, principalmente moçárabes e judias, que passaram a se fixar em território cristão. Pouco depois, iniciou-se a decadência e as divisões internas, o que permitiu aos cristãos a retomada e o sucesso do seu empreendimento de expansão: a Reconquista.

Segundo Bassetto (2001, p. 150), no contexto da reconquista situa-se a origem de Portugal. Sabe-se que os árabes não foram além dos Montes Cantábricos, ao norte dos quais, inicial sob o comando de Pelaio, foi-se formando uma região independente de cristãos que, em 718, veio a ser o reino de Astúrias. Com Afonso I, rei de Astúrias, e suas guerras na Galiza contra os muçulmanos, o Rio Douro foi uma das fronteiras entre cristãos e árabes, conforme o Mapa 10.



Mapa 10: Os territórios cristãos, no século VIII, com Afonso I¹²

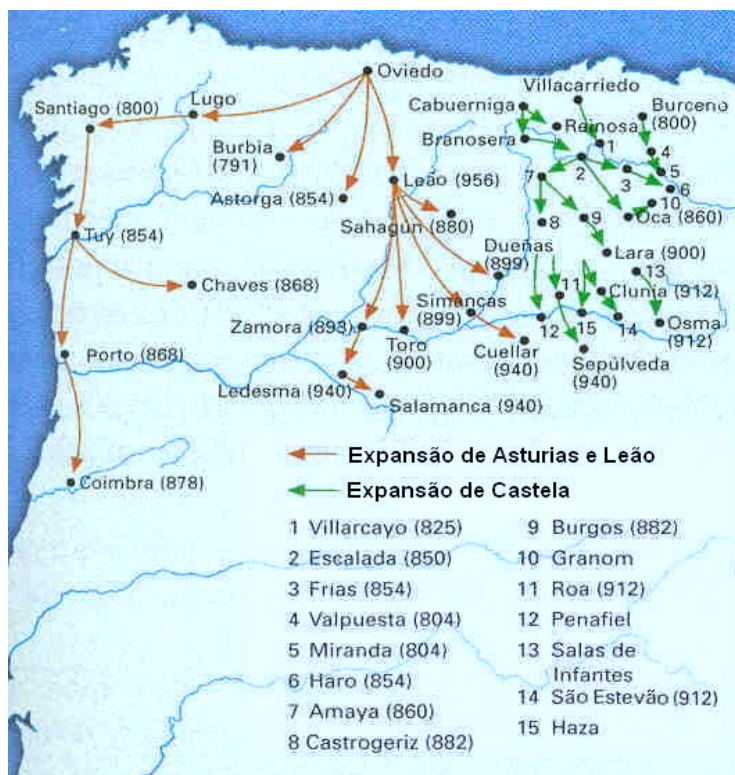
¹² Adaptação do mapa disponível em: <<http://www.sabuco.com/historia/images/Asturias con Alfonso I.jpg>>.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

De acordo com Alexandre Herculano, *apud* Saraiva (1999: 39-40), Afonso I reconquistou uma enorme região que incluía toda a Galiza, o Minho, o Douro e parte da atual Beira Alta, “passando os mouros a fio de espada”. Entretanto, para Saraiva (1999, p. 41), a guerra não era religiosa, já que os muçulmanos permitiam outras religiões, mas para apoderar-se das terras por meio das colonizações. Dessa forma, nasciam poderes representados por chefes locais entre os quais se estabelecia uma hierarquia nem sempre bem definida, intercalada de episódios de submissão e de rebeldia. Alguns nobres governavam terras por nomeação dos reis, outros por as terem ocupado; na tradição da nobreza ibérica ficaram vestígios dessa nobreza que entendia nada dever aos reis. Seus títulos eram de condes e se caracterizavam por ser um misto de proprietários, guerreiros, governadores e salteadores. Faziam a guerra quando os reis os chamavam, mas não faltam exemplos de guerras entre si ou contra os reis e até contra cristãos, conforme Saraiva (1999, p. 42).

As colonizações deram origem ao processo de regionalização peninsular. Iniciaram-se na região galega e organizaram Estados independentes que se aproveitaram do enfraquecimento do Império Árabe no século IX para impulsionar a expansão cristã com a Reconquista de Leste a Oeste, bem como em direção ao Sul, conforme o Mapa 11.

De acordo com Saraiva (1999, p. 42), os novos países cristãos da península formaram-se a partir de três núcleos distintos: o asturiano, que veio a originar o reino de Oviedo, de Galiza e depois de Leão e Galiza e o condado de Castela, independente durante alguns anos, depois transformado em reino e que desde 1037 andou unido ao de Leão; o pirenaico, de onde saíram os reinos de Pamplona e depois Navarra, o condado de Aragão, que logo se tornou reino, alguns condados mais ou menos independentes; e o catalão com o condado de Barcelona, onde os francos tiveram um papel importante.



Mapa 11: Colonizações iniciais¹³

No Mapa 12, que ilustra os territórios de Sancho III, pode-se notar claramente os três núcleos: o reino de Galiza e Leão, e o condado de Castela que representam o núcleo asturiano; o reino de Pamplona, os condados de Aragão, Sobrarbe e Ribagorça que representam o núcleo pirenaico; e os condados catalães.

¹³ Adaptação do mapa disponível em: <http://www.sabuco.com/historia/images/Repoblacion_valle_del_Duero.jpg>.



Mapa 12: Territórios cristãos no período de 1000 a 1035¹⁴

Nessa imprecisão política, aparece com frequência o nome da Galiza, ora como reino, ora como condado. Seu limite ia até o curso do rio Douro, mas dentro dele havia outros territórios governados por condes que dependiam do reino de Leão. Nos primeiros anos da Reconquista, a importância da região galega aumentou ao se descobrir em 813 o túmulo do Apóstolo Santiago em Compostela, que se tornou o patrono da Reconquista cristã.

Segundo Monteagudo (1999, p. 97-98), no final do século XI e durante o século XII, no mundo cristão houve uma retomada da religiosidade: com um auge de peregrinações, bem como a organização das primeiras Cruzadas contra aos “infiéis”. Nesse contexto, por sua

¹⁴ Adaptação do mapa disponível em: <http://www.sabuco.com/historia/images/Estados_de_Sancho_III.jpg>.

vez, o mosteiro de Cluny liderou o movimento de reforma na vida religiosa católica. Daí, com o fortalecimento do clero galego cuja sede é em Lugo, Santiago de Compostela tornou-se o terceiro maior ponto de peregrinação, posição conservada até hoje, somente perdendo em importância para Jerusalém e Roma.

Por influência de Cluny, o caminho original à Santiago foi ampliado até o reino dos francos tornando-se conhecido como a rota francesa, que no século XI foi reformada para atender a demanda de peregrinos, conforme Mapas 13 e 14.



Mapa 13: Caminho à Santiago de Compostela, no século IX¹⁵



Mapa 14: Caminho francês à Santiago de Compostela¹⁶

¹⁵ Adaptação do mapa disponível em:

<http://www.caminhodesantiago.com/mapas/mapa_credencial_fr_nor_vlp.htm>.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Em muitos dos antigos territórios cristãos, os Caminhos de Santiago de Compostela, que em sua maioria retomavam as vias romanas, ajudaram a formar grande parte dos fenômenos de imigração e transformação da colonização cristã desde o século XI até o século XIII. Pode-se lembrar também a importância, até o século XIV, da rota portuguesa (Mapa 15) a Santiago, partindo das Cidades: do Porto, Braga e Coimbra (posteriormente prolongado até o Algarve), na manutenção dos territórios bem como da língua e cultura galego-portuguesas nos novos territórios.



Mapa 15: Caminho Português à Santiago de Compostela¹⁷

¹⁶ Adaptação do mapa disponível em: <http://www.sabuco.com/historia/images/Camino_de_Santiago.jpg>.

¹⁷ Adaptação do mapa disponível em: <http://www.caminhodesantiago.com/mapas/mapa_credencial_portugues.htm>.

Segundo Monteagudo (1999, p. 97-98), desde meados do século XII, na Galiza começou-se uma grande reestruturação rural e urbana, concomitantemente na Catalunha, graças a numerosas cartas que outorgavam terras a condes, que favoreciam o renascimento urbano e acolhiam imigrantes, peregrinos, comerciantes e membros dos exércitos. Esse modelo de colonização colocava os falares românicos sobre o árabe, e a reforma de Cluny retomava o latim no âmbito religioso, espalhando-os com a reconquista, pela Península Ibérica. Segundo Bassetto (2001, p. 123), no avanço rumo ao sul, a reconquista encontrava populações moçárabes, mais ou menos arabizadas, mas que haviam conservado, pelo menos em parte, seus falares românicos, agora associados à fé cristã. Dessa forma, os falares românicos passaram a designar a identidade de um povo.

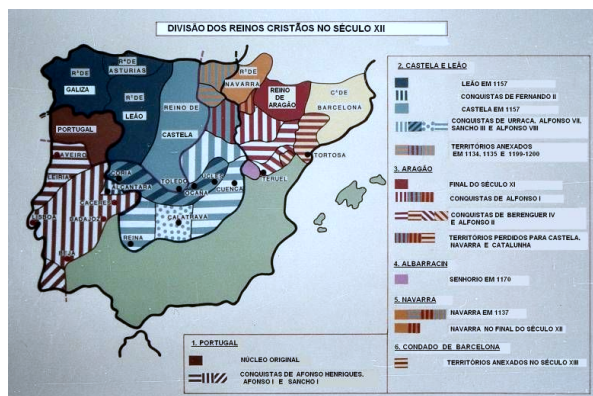


Mapa 16: O processo de reconquista cristã na Península Ibérica¹⁸

Apesar do Mapa 16 fornecer uma visão conjunta das conquistas cristãs sobre os territórios muçulmanos, o processo não foi tão unificado. Por volta do ano 800, Castela era apenas um condado de Astúrias e, posteriormente, de Leão. Em 1029, Sancho II, rei de Navarra herdou Castela e depois dividiu o seu reino em três: Aragão, Navarra e Castela. Com Fernando I (1035-1065) o reino de Castela

¹⁸ Adaptação do mapa disponível em:
<<http://br.geocities.com/fernandomcvbr/reconquista.html>>.

se uniu ao de Leão, que em conjunto com Berenguer I de Barcelona passaram a cobrar impostos dos reinos Taifas. Com Alfonso VI de Castela e Leão (1065-1109) houve a anexação de Toledo em 1085 e o reino Taifa, com *el Cid* como herói. No reinado de Alfonso VII (1126-1157), Castela tornou-se o centro cristão, enquanto Aragão e a Catalunha se uniram a Berenguer IV desde 1137 e o condado de Portugal tornou-se independente desde 1139 com Afonso Henriques. Enquanto Alfonso VII completava o domínio do rio Tejo (1147), Afonso I de Portugal tomava Lisboa (1147) e Berenguer IV conquistava Tortosa, Lérida e Fraga. Com a morte de Alfonso VII, Leão e Castela separaram-se até 1230. Na segunda metade do século XII, as alianças e guerras entre cristãos e os reforços muçulmanos frearam parcialmente a reconquista, obrigando os cristãos a reorganizarem seus exércitos.



Mapa 17: Divisão política dos reinos cristãos no século XII¹⁹

Em 1212, Alfonso VIII de Castela conquistou Tolosa. Portugal, depois do tratado de Sabugal (1231) com Castela e Leão sobre a expansão, conquistou o Alentejo em 1232 e o Algarve em 1239, já definindo, praticamente, suas atuais fronteiras. Em 1230, com Fernando III, os reinos de Castela e Leão uniram-se fortalecendo e aumentando o poder político. Nesse período, com o enfraquecimento dos reinos muçulmanos, a reconquista avançou em direção a Valên-

¹⁹ Adaptação do mapa disponível em: <<http://clio.rediris.es/n32/atlas/052.jpg>>.

cia, Ilhas Baleares e Múrcia, com Jaime I de Aragão, em 1238; e com Fernando III conquistou Córdoba, Jaén e Sevilha em 1248. No período de 1262 a 1263, Alfonso X (1252-1284), rei de Castela, incorporou as serras da baixa Andaluzia, conquistou Cádiz e Niebla em 1264, e expulsou quase todos os muçulmanos da Andaluzia cristã. Com ajuda de Jaime I, completou o domínio de Múrcia. Entretanto, as circunstâncias políticas e econômicas para completar a colonização puseram um fim no avanço da reconquista no final do século XIII, conforme os Mapas 18a e 18b. A capacidade defensiva do reino de Granada ao receber apoio entre 1275 e 1350, fez com que resistisse até 1492, quando a força militar da união dos reinos de Castela e Aragão, com Isabel e Fernando, o anexou.

Mapa 18: Evolução da reconquista cristã no século XIII



Mapa 18a: Início do séc. XIII²⁰



Mapa 18b: Meados do séc. XIII²¹

Dessa maneira, cada falar românico foi-se desenvolvendo de acordo com o prestígio político de seu reino e sua importância dentro do contexto da reconquista cristã. Segundo Bassetto (2001, p. 235), até meados do século XI, o castelhano era apenas o falar da região de

²⁰ Adaptado do mapa disponível em: <http://www.sabuco.com/historia/images/Reconquista_principios_del_XIII.jpg>

²¹ Adaptado do mapa disponível em: <http://www.sabuco.com/historia/images/Reconquista_medios_del_XIII.jpg>.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

los castillos, Castela, que convivía com outros falares provenientes do latim. Durante o reinado de Alfonso X, século XII, o castelhano já era a língua oficial do reino de Castela e Leão, ainda que outros falares também fossem usados nos seus devidos contextos.

Segundo Menéndez Pidal (1968, p. 16), a força política que o reino de Castela veio a exercer sobre a Península teve um papel fundamental na definição de seus falares. Para o autor, Castela cresceu politicamente anexando os reinos a sua volta e estendeu o seu domínio político e linguístico “em forma de cunha”, em direção ao sul. Assim, a força política do castelhano não deixou que outro falar se desenvolvesse, apenas em suas periferias o galego e o catalão o conseguiram diante da sua forte presença, ao passo que impediu o leonês e o aragonês, sem, contudo, conter o euskera. O português, no entanto, por representar um reino forte e independente, desenvolveu-se e irradiou-se desde seu centro cultural, para as regiões que foram conquistadas por Portugal, e, posteriormente, pelas regiões de além-mar dos descobrimentos. Pode-se notar que a divisão dos reinos cristãos no século XIII, ilustrada no Mapa 19 é muito semelhante à divisão atual dos falares na Península Ibérica (Mapa 19) atestando Menéndez Pidal (1968) e Bassetto (2001).



Mapa 19: Atual divisão dialetal da Península Ibérica²²

²² Adaptado do mapa disponível em: <<http://es.wikipedia.org/wiki/Imagen:Mapadialectos.jpg>>.

REFERÊNCIAS

BARRACLOUGH, G. & PARKER, G. *Knaurs neuer: Historischer Weltatlas*. Augsburg: Bechtermünz Verlag, 1999.

BASSETTO, B. F. *Elementos de filologia românica*. São Paulo: Edusp, 2001.

MENÉNDEZ PIDAL, R. *El idioma español en sus primeros tiempos*. 7. ed. Madri: Espasa-Calpe, 1968.

MONTEAGUDO, Henrique. *Historia social da lingua galega*. Vigo: Galáxia, 1999.

MARIÑO PAZ, R. *Historia da lingua galega*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco, 1998.

SARAIVA, J. H. *História concisa de Portugal*. 20. ed. Sintra: Europa-América, 1999.

TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

WARTBURG, W. von. *La fragmentación lingüística de la Rumania*. Madri: Gredos, 1979.